
NO MAR DE NORONHA, TUBARÃO É COMIDA!

Janirza Cavalcante da Rocha Lima

Fundação Joaquim Nabuco – Brasil

Resumo: Este texto viaja no tempo e no espaço: de 1504 à década de 90, do continente para o arquipélago de Fernando de Noronha. Uma ousada aventura. Aliás, uma aventura num espaço insular muito familiar aos antropólogos. Aventura que remonta a Malinowski (1978) e, guardadas as suas especificidades, é retomada por outros antropólogos com clivagens teóricas diferenciadas, quer na perspectiva temporal quer espacial. O estudo volta-se para a descrição dos símbolos e representações criadas pelos ilhéus sobre o ambiente marítimo-insular do arquipélago. Simbolismo rico e forte de historicidade envolvendo e irmanando animais, vegetais e minerais, numa simbiose brotada do nativo eco-sistema do ambiente geomarítimo do arquipélago fernandino. A atenção volta-se, particularmente, para o solidário **Mumbebo** (Sula-sula), o marginal **Catraia** (Fregata) e o **Tuba** (Sphynidae), produto de aliança ecológica de sobrevivência perfeita. Os simbolismos ligados a vegetais e minerais serão ligeiramente destacados. Entre eles: a Lenda do Pecado, o **Gigante da Meia-Noite**, a **Cacimba do Padre** e a **Saga da Alamoia**.

Abstract: This article represents a voyage in time and space: from 1504 to the 1990s, from the continent to the archipelago of Fernando de Noronha. This study involves a description of the symbols and representations created by the island people about the maritime-insular environment of the archipelago. Rich in symbolism and historicity, the discussion involves and weds animals, vegetables and minerals which grow in the native eco-system of the geomaritime environment of the archipelago. We concentrate our attentions, in particular, on the solidary **Mumbebo** (Sula-sula), the marginal **Catraia** (Fregata) and the **Tuba** (Sphynidae), product of the ecological alliance of perfect survival. We also touch on symbolism linked to vegetables and minerals, among others: a Lenda do Pecado, o **Gigante da Meia-Noite**, a **Cacimba do Padre** e a **Saga da Alamoia**.

Inicialmente, farei algumas considerações sobre certos aspectos que considero relevantes para situar o objeto de estudo. A primeira delas refere-se à preocupação de explicitar o cenário fernandino. A segunda situa na linha do tempo os episódios históricos que configuram uma tendência da especificidade de Noronha.

O cenário fernandino

Ancorado num espaço natural suntuoso, o arquipélago de Fernando de Noronha já foi definido como um fragmento de aventura no oceano. A exuberância e a grandiosidade da natureza insular se sobrepõem de imediato a outros aspectos. Isto, aliás, pude perceber nos primeiros dias de permanência no arquipélago. A beleza selvagem da ilha seduz no primeiro contato. Suas praias de águas transparentes e mornas, formam, na maré vazante, piscinas naturais e aquários. Natureza viva, vislumbra-se, por entre a aridez das rochas e nas suas praias desertas, uma infinidade de espécies animais: de aves marinhas a tubarões (“velho tuba”, como é chamado pelos ilhéus). Baías fantásticas, paisagens de rara beleza. Em Noronha tudo é muito próprio e particular. Paisagem agressiva em sua naturalidade, porém, em quase toda parte, silêncio e encantamento.

Na verdade, suas águas oceânicas compõem com a vegetação uma paisagem paradisíaca, cuja visão nos ajuda a compreender a causa dos relatos maravilhosos que fizeram os primeiros aventureiros que nela puseram os pés. E o esplendor da natureza mistura-se à ruína de fortes que contam a história do local, outrora cobiçado por holandeses, franceses e alemães.

Na linha do tempo

O esforço analítico para a compreensão do processo histórico insular leva a uma breve incursão na formação histórica noronhense. Meu esforço vai, portanto, na direção da reconstituição dos atores sociais e suas práticas. Enfatizo, pelo menos, três períodos marcantes: o descobrimento, as invasões e o “arquipélago ilhado”. Isto porque Fernando de Noronha vem se constituindo, através dos séculos, sob o signo da singularidade e da exclusão. Reconhece-se que a singularidade de Noronha é dada por fatos excepcionais. Em cada época histórica de Noronha, engendra-se uma especificidade, uma singularidade. A primeira, talvez a mais importante e a mais original, está situada no âmbito da natureza. Essa singularidade, quase intacta até os nossos dias, preservou-se, em grande medida, pelo isolamento de seu território. Existia, na verdade, certa condição específica de Noronha. O traço o que se poderia qualificar de excepcional é a ausência de ancoradouros naturais no arquipélago, “isolando-o” no Atlântico. É o aspecto de “fechamento”, simbolizado pelas barreiras naturais antepostas à comunicação com o meio externo (o continente) quando de sua formação geológica. Outra singularidade pode ser notada desde os remotos tempos do seu descobrimento: a controvérsia quanto a data de sua descoberta. Existem, pelo menos, quatro versões oficiais sobre o evento, embora todas convirjam ao século XVI. O ato do descobrimento de Noronha funda-se numa linha de continuidade de ações cujo sentido foi apenas o domínio político de uma extensão de terra. E apenas isto. No mais, um registro nos Planisférios dos navegadores da época.

Merece destaque outra singularidade: a ilha foi a primeira Capitania Hereditária no Brasil, antecipando em 30 anos a introdução daquele sistema no país. Em 24 de janeiro de 1504, o El Rei D. Manuel doa a então denominada Ilha de São João ao armador judeu (cristão novo) Fernan de Loronha. A ilha permaneceu em total abandono, pois seu donatário nunca se interessou por ela.

No início do século XVII, o arquipélago passa a ser objeto de cobiça de outros países. Diante da ameaça de perda do território conquistado, a Coroa Portuguesa entra na luta contra as invasões (os batavos, no século XVII, e os franceses, no século XVIII). Mas, é somente a partir dos meados da década de 1730 que os portugueses dão início ao processo de colonização na ilha com a construção de fortes, destacando-se, no entanto, o Forte dos Remédios em virtude de sua inusitada destinação: presídio comum. Em 1739, chegam à ilha os primeiros condenados. Com isto, fecha-se o ciclo da singularidade.

A partir do momento em que foi cercada por 17 edificações, a história de Fernando de Noronha entra em um novo capítulo, o mais marcante. Inaugura-se o signo da exclusão. Fernando de Noronha passa a ter na sua história “a marca permanente de lugar de desterro e de reclusão”. Em 1770, a ilha passa a pertencer à Capitania de Pernambuco, como presídio comum. Cabe registrar que, durante o Império, Fernando de Noronha esteve sob a jurisdição do Ministério da Guerra (1823 a 1877) e do Ministério da Justiça (1877 a 1891) como local de degredo (prisão civil). Com a República, o arquipélago foi permanentemente palco de conflito entre o Governo de Pernambuco e o Ministério da Justiça. Ambos disputavam seu espaço para sediar a colônia correccional (1891), que depois, no Estado Novo, tornou-se presídio político.

Em 1938, através de decreto estadual, Pernambuco cede ao Governo Federal, a “título precário”, a ilha de Fernando de Noronha, recebendo em contrapartida, à guisa de indenização, uma importância em dinheiro para a construção da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PE).

Permanece a ilha como presídio político e colônia correccional no período que vai de 1938 a 1942, quando é alçado a Território Federal em razão de sua localização estratégica no Atlântico, aliada à ameaça da Segunda Guerra.

Há outro ciclo que merece atenção: os 45 anos de domínio militar no arquipélago, cobrindo o período que vai de 1942 a 1987. Esse domínio se desdobra em três fases, embora a renovação

da estrutura do poder limite-se à mera mudança de quadro de dirigentes oriundos das três forças militares. Some-se a isto o período em que foi sede de base norte-americana, durante a Segunda Guerra Mundial (1943). Ademais, através de um acordo com os Estados Unidos (1957), foi instalada no arquipélago uma estação rastreadora de mísseis.

A face excludente de Noronha voltou a ser exposta, especialmente quando “abrigou”, em 1964, os presos políticos condenados pelo golpe militar. O ciclo militar se encerra em 1987.

Em 1988, o arquipélago volta a pertencer a Pernambuco, por força da Constituição, na condição de “Distrito Estadual”.

É claro que este recorte temporal é apenas uma parte da questão, um dos fios que se pode puxar, na paciente tarefa de desvendar a história do arquipélago. Porém, urge lembrar que, em qualquer situação de dominação, há sempre interstícios de caminhos em que se aninham resistências. Daí, creio eu que somente com um mergulho em profundidade no cotidiano fernandino é possível descobrir em que fenda puderam essas resistências surgir e se desenvolver.

Fecundo seus próprios fios

Alguns pontos serão, aqui, descritos sumariamente por serem considerados fundamentais como base de sustentação de conhecimento prévio da comunidade. Esses elementos são essenciais e permitem situar o espaço da natureza que, em Noronha, condiciona seu espaço de ocupação social. Em linhas gerais, o arquipélago possui um ecossistema sem grande complexidade. Porém, o seu aspecto hídrico precário faz com que seus limites de tolerância sejam restritos. O arquipélago é formado pela ilha de Fernando de Noronha, que possui uma área de, aproximadamente, 17 km, e mais outras vinte ilhotas. Está o arquipélago isolado no Atlântico Equatorial e afastado 320 km da costa nordestina, no limite das 200 milhas do mar territorial, sobre uma cadeia de montanhas submersas denominada de “Dorsal Mediana do Atlântico”.

Seu relevo é constituído de rochas eruptivas básicas, compreendendo morros, mesetas e patamares escalonados. Domina-o o clima quente do tipo semi-tropical oceânico, amenizado pelos ventos alísios de S.E. O regime pluviométrico caracteriza-se por duas estações bem definidas: uma chuvosa, outra de estiagem. A vegetação é constituída de restos de mata semi-decídua e apresenta, ainda, cactáceas e arbustos espinhosos semelhantes aos da zona do agreste de Pernambuco. Os solos, quimicamente ricos, são, entretanto, rasos. Seus riachos – Boldró, Maceió e Mulungu – secam no verão e se abastecem na estação chuvosa.

A semelhança dos acampamentos militares, a organização espacial de Noronha constitui-se de pequenos aglomerados dispersos, distribuídos hierarquicamente. O estudo realizado por Clarice Peixoto (1988, p. 56) indica que “a estrutura social do arquipélago foi perpassada por mecanismos disciplinares, cada indivíduo pertence a um grupo ou a uma classe, cada casa tem seu lugar e um aglomerado delas forma um bairro que possui sua especialidade”; desse modo, “as residências agrupam-se conforme o grau de pertencimento de cada indivíduo, originando vilas militares ou moradias dos civis”.

O processo sutil de segregação fez-se presente em Noronha, em conexão com o lazer e o desenho arquitetônico. Com o primeiro, através da existência de clubes destinados a civis e militares subalternos, e com o segundo, pelos locais de residência diferenciados, promovendo-se, desse modo, a segregação, tanto corporal quanto espacial. Essa concepção arquitetural aplicada em Noronha, foi, aos poucos, codificando os espaços, permitindo o exercício de um controle mais articulado e eficaz. Sob esse cenário, a organização espacial de Fernando de Noronha foi, durante o domínio militar, modelada de forma a desaglomerar, embora permitindo pequenas concentrações, no caso, as vilas residenciais, estas, no entanto, obedeciam a princípios hierárquicos.

Captar os arranjos engendrados pelos noronhenses para reorganizar sua realidade, enquanto indivíduos inseridos de forma determinada no espaço insular, significou conhecer a visão de mundo desses sujeitos, bem como as representações que eles próprios constroem de sua organização social. Representações tecidas no confronto de sua experiência particular, ao redor de objetos concretos, com a totalidade do contexto social em que aquela se processa. Trata-se de saber não só sob quais condições sociais o cotidiano é vivido, como, sobretudo, entender de que modo as muitas relações e propostas que perpassam seu espaço podem chegar a ser um campo simbólico referencial de experiência de vida para o ilhéu. Parto, portanto, do pressuposto de que o espaço cotidiano fernandino é múltiplo de significações e de várias imagens a ele associadas, e ainda, a experiência que se tem dele pode gerar diferentes perspectivas e interpretações. Por sua vez essa experiência está necessariamente imbricada com outras esferas de sociabilidade, tais como a religião, o trabalho, a moradia, a recreação, a relação com o corpo, a sexualidade, a afetividade e a alimentação.

Através de seus atores, atos e acontecimentos, tento montar um quadro composto por muitas presenças e muitos discursos, na tentativa de englobar a vida insular tal como ela se apresenta: recortada por uma geografia social que diferencia seus personagens. Os fernandinos sobrevivem nesse espaço recortado e articulado onde cada um tem seu lugar, visível e controlado. Nele, os “nativos” vivem, celebram sua existência, residem, trabalham, guardam as suas fronteiras. Esse lugar foi escolhido pelos ancestrais, é o lugar dos descendentes, um lugar a ser defendido, ou seja “[...] é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípios de inteligibilidade para quem o observa” (Augé, 1994, p. 51).

Mar de Dentro, Mar de Fora¹

No imaginário ocidental,

as ilhas geralmente são representadas como sinônimos de utopia: virgens e desertas. Elas convidam a um reinício e a novas tentativas de sociedade. Nesse sentido, a água que as circunda parece ter um significado de um cordão de isolamento, como se fosse capaz de apagar a história, o tempo e a memória, elementos que são dispensáveis e até mesmo indesejáveis quando se pretende inaugurar uma vida idealizada e totalmente diferente (Doula, 1994, p. 80).

Com essa perspectiva, o arquipélago de Fernando de Noronha foi pensado como colônia correcional, caracterizando-se desde o início de sua ocupação, não pelo fato de ser isolada, porém, como tendo sido isolada.

O espaço marítimo, foi e continua sendo, pelos segredos nele contidos, um campo bastante fértil para a análise do imaginário insular pelas evidências de certas relações ligadas às práticas, às formas perceptuais e principalmente ao significado que foram estabelecidas em relação ao mar por diferentes culturas.

Encontramos em Noronha um cenário de episódios fantásticos plasmados pelo ambiente físico, multiforme, esturgido do seio do Atlântico pela força vulcânica, adequado para o desenrolar de histórias, lendas e mitos. O exuberante morro de basalto que domina a ilha principal do arquipélago só poderia inspirar histórias incríveis, pela sua semelhança com um falo. A lenda do pecado revela simbolismo fálico – o Pico representando o órgão decepado do gigante e o Morro de Dois Irmãos, os seios da mulher amada. Diz a lenda que após a explosão vulcânica, a ilha fora povoada por humanos gigantesco e eram regidos por padrões morais rígidos. Uma mulher casada apaixonou-se por um outro homem. Pela conduta considerada pecaminosa, o casal teve decepados

¹ Mar de Dentro corresponde a denominação dada pelos ilhéus ao lado da ilha que está voltada para o continente e Mar de Fora a outra porção que “fronteiriza” com o continente africano.

órgãos de seus corpos. Petrificados, jazem sepultados em Noronha, expondo ao mundo o sacrifício do seu amor. Ele, mergulhado nas profundezas do Mar de Dentro, deixa-se olhar, vulnerável e ereto, na solidão do Pico que proclama sua virilidade masculina. Ela, igualmente submersa, próxima à praia, aflora seus seios túrgidos, como pérolas gêmeas, nos Dois Irmãos.

Outra estória carregada de simbolismo associado ao ambiente marítimo é a do Gigante da Meia-Noite. Ele aparece à noite no pesqueiro da Sapata. Sua aparência assemelha-se a de um gigante, com enorme chapéu negro desabando sobre o rosto. Um arrepio de medo faz estremecer os pescadores quando ele chega. Carrega um samburá cheio de sardinhas que “alumiam como prata”. Aparece de improviso, sem cumprimentar ninguém. Tira silenciosamente a sardinha, coloca a na ponta do anzol e joga na água caindo logo na boca do peixe. Depois de conseguir dez grandes xaréus retira-se com gravidade e lentidão típicos dos fantasmas. Quando o Gigante da Meia-Noite começa a pescar, nenhum outro pescador consegue mais fregar peixe naquela noite.

Nenhuma pessoa chega à Cacimba do Padre sem extasiar-se com a extraordinária beleza e quietude do local. A região é deserta, próxima à Quixaba (zona rural de Noronha) e o lugar silencioso e belo convida a uma introspecção interior. A extraordinária plasticidade do lugar e as condições da descoberta da fonte geraram a lenda que perdura na ilha até os dias atuais. Um cape-lão do presídio descobre uma fonte de água potável com 14 metros de profundidade. Sua água era reservada aos doentes, pelo excelente sabor e composição química. Diz a tradição popular “quem bebe sua água jamais esquece Noronha e volta um dia, à ilha”.

A saga da Alamoia figura, no imaginário fernandino, como a mais importante legenda mítica do arquipélago. Sua similitude é com a saga germânica de Lorenay, a sereia do Reno, com sortilégios gregos, com a nossa bem brasileira Iara e ainda com a Yemanjá africana. A lenda da Alamoia revive a mulher loura que teria vindo ou resultado da presença, em Noronha, em diferentes épocas, da ocupação batava, francesa, alemã e portuguesa. Seria ela a companheira de sonho, povoando os espaços vazios provocados pela solidão, a necessidade de mulher que avassala os homens que habitam Fernando de Noronha. Loura, sedutora e nua, com a fosforescência e a maldade nos olhos, surge como a encarnação do desejo sexual, do sonho erótico desses homens sem mulheres. Nas noites de sextas-feiras, a pedra do Pico se fende e, na chamada “Porta do Pico” aparece uma luz... É ela que volta: a **Alamoia**.

Ao lidarmos com o imaginário noronhense ligados a alimentação insular, ressalta-se a figura do **tubarão**, do **mumbebo** e do **catraia**.

Surgindo sob inúmeras formas de representação mítica, o tubarão impressiona pela habilidade de povoar o imaginário das populações litorâneas e pelos aspectos rico e dinâmico com que colore sua representação.

O **catraia** (forma de chamar o Alcatraz, em Noronha) é uma ave transgressora. Habita os penhascos de Fernando de Noronha e faz da Ilha dos Sinos ou Sela Gineta sua cidadela principal. É a embusteira do ar: nutre-se à custa do roubo e pilhagem. Vive isolada nas fendas das rochas, no alto dos montes, de onde sai para o ataque perverso: roubar os alimentos dos mumbebos. O catraia, todavia, não tem estabilidade à tona d’água, por não possuir a membrana interdigital dos palmípedes, e quando acontece cair no mar é salvo pelo *solidário mumbebo*! Exemplo de solidariedade e simbolismo para a população noronhense que se desenvolveu sob a égide do binômio exclusão/dominação.

Os mumbebos – forma ilhéu para denominar o Sula sula – são exímias aves mergulhadoras que se alimentam de sardinhas e peixes. Quando as sardinhas “arrufam” (encostam) na arrebentação das ondas nas praias do Mar de Dentro (Caieira, Atalaia, baia do Sueste) ou do Mar de Fora (Cacimba do Padre, Bode, do Boldró, ou na Ilha de Dois Irmãos), os mumbebos, em acelerada velocidade mergulham na água e pescam os peixes. Enquanto o mumbebo pesca, o catraia desce do alto dos montes para rondar os ares, à espera que o trabalhador mumbebo regresse. Logo que

a pacata ave volta, com o papo cheio de sardinhas e peixes, o catraia cai-lhe em cima, às bicadas, obrigando-o a regorgitar o produto de seu trabalho. Só quando percebe que o mumbebo está inteiramente despojado do fardo que juntara, é que o implacável marginal volta aos penhascos, vibrando as longas asas, angulosas e negras. Tanto o catraia quanto o mumbebo não são abatidas para consumo pela população, no entanto, são apresentadas como símbolos nativos nos cartões postais do arquipélago e mostrados como produto turístico pela sua exótica maneira de conviver. É comum o insular dizer: “eu sou um **mumbebo**, trabalho a vida toda e chega o **catraia** (os governadores-coronéis ou administradores-civis) e me obriga a dar para eles o fruto do meu esforço, ou então, os **tubarões** (empresários que investem em Noronha) se ‘alimentam’ da gente da ilha, foi sempre assim...”

De tubarão a “tubalhau”

Várias espécies de tubarões na sua rota de migração pelo Atlântico aproveitam a hospitalidade de Fernando de Noronha para alimentar-se e prosseguir sua viagem transoceânica. Pela abundância da cadeia alimentar existente na ilha, esses animais, não oferecem perigo aos insulares. Esses “visitantes”, com fama de vilão, são bastantes amigáveis com os mergulhadores em Noronha e podem ser observados sem riscos, até mesmo em águas rasas, como na praia da Atalaia. Quando estão em cardumes costumam ser dóceis, permitindo que os mergulhadores turistas e ilhéus – se aproximem para tocá-los e fotografá-los.

Criaturas grandes e acinzentadas, com um olhar frio, boca imensa e dentes ferozes. Bem, não é exatamente assim que os “tubas” se parecem. Alguns, na verdade, são imensos outros, todavia, medem apenas 25 cm e brilham no escuro. Alguns parecem tapetes voadores e há tubarões azuis, cor-de-rosa, amarelo limão e mesmo pintados de bolinhas! Possuem hábitos noturnos ou crepusculares. Costumam caçar ao nascer do sol ou ao pôr-do-sol. São vorazes devoradores de peixes ósseos, crustáceos e raias. São também animais de sangue frio, isto é, sua temperatura corporal é a mesma das águas que os circundam. Na Idade Média os dentes de tubarão foram utilizados pelos alquimistas como amuletos. Os vikings já conheciam as propriedades terapêuticas do óleo de fígado do tubarão utilizando-o como tônico e cicatrizante. Os norte-americanos usaram, estrategicamente, na Segunda Guerra, como complemento alimentar, a carne do tubarão pelas altíssimas concentrações de vitaminas “A e B”.

O **tubarão** é chamado pelos ilhéus de “**TUBA**” – sua carne, depois de salgada, assemelha-se em paladar, à do bacalhau. A carne do tubarão tem alto teor protéico, baixa concentração de gorduras e antibióticos naturais que evitam a proliferação de infecções. A exploração do tubarão em Noronha se dá ainda de forma artesanal. São capturados 30 a 40 tubarões atingindo a produção de 1.500 kg por mês. De suas barbatanas e pele são extraídos o **colágio**. Das espinhas e ossos, os ilhéus fazem colares, brincos e outras formas de artesanato. Visceras e cabeças não são aproveitadas por falta de equipamentos e espaço. Outros produtos são comercializados: a farinha de tubarão, óleo de fígado de tubarão, bolinhos fritos. A empresa responsável pela pesca e processamento do tubalhau é a Noronha Pesca Oceânica-NPO.

Ao lado do imaginário insular carregado de simbolismo acerca do tubarão convive sua utilização no cotidiano como parte da cadeia alimentar da população noronhense. Come-se **Tubalhau à Fernan de Noronha** nas ocasiões especiais – festas, comemorações e eventos oficiais –, nos bares para o turista, os **Bolinhos de Tubalhau** ou na forma de sanduíche, o **Tubahamburger**. Não existe informações de seu uso em rituais religiosos. O tubalhau pode ser preparado das mais diversas maneiras desde o tradicional ensopado, ao côco, no forno, frito ou até mesmo na forma de bolinhos. Independente da receita, deve-se proceder da seguinte maneira: algumas horas antes da preparação do prato (aproximadamente 6 horas), coloque o Tubalhau de molho em água,

preferencialmente gelada, para reidratação do produto. Trocar a água periodicamente para eliminar o excesso de sal. No momento do preparo, escale ligeiramente o produto e em seguida prove-o para verificar se a quantidade de sal está satisfatória ao paladar. Caso contrário repita a operação. Reproduzo a receita tradicional do tubalhau ensinada à pesquisadora quando estava no trabalho de coleta de dados. Ei-la:

1,0 kg de Tubalhau; 04 cebolas médias; 02 pimentões; 10 batatas médias; 04 tomates grandes; 100 gr de azeitonas; 01 xícara de azeite de oliva e sal, se necessário. Siga as instruções do preparo do produto. Desfie e arrume o Tubalhau em camadas numa caçarola, entremeando-o com rodela de cebola, pimentão, batatas, tomates e azeitonas. Regue com o azeite de oliva. Cozinhe em forno brando. De vez em quando espete as batatas com um garfo quando estiverem cozidas, o Tubalhau estará pronto, e bom apetite!

Mais do que intenções, fiz um relato da paisagem de uma pesquisa... ou melhor, de uma ousada aventura no arquipélago **ilhado**. Sobressai, nisso tudo, a voz sedutora da Alamoia chamando-me de volta... para Fernando de Noronha!

Referências

AUGÉ, M. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

DOULA, S. M. Travessias, ausências e lembranças: imaginário e memória de navegantes. *Imaginário*, São Paulo, v. 2, p. 63-88, 1994.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. 2. ed. rev. Eunice Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEIXOTO, C. *Fernando de Noronha*: ilha de sonho e assombração. 1988. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, 1988.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.